

TCE EM PAUTA

ANO XXIII | Nº 120
MARÇO E ABRIL / 2019
NATAL/RN



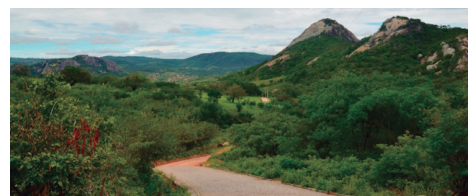
Página 03

PROCESSOS ELETRÔNICOS



MODERNIZAÇÃO

Tribunal de Contas anuncia meta de digitalizar todos os processos até o final do ano. Plano de diretrizes com prioridades para o biênio foi apresentado por secretários e diretores ao presidente Poti Júnior



**BANCO MUNDIAL
DESTACA TRABALHO
DE AUDITORIA**

Página 05

**O DESAFIO DA
PREVIDÊNCIA NOS
MUNICÍPIOS**

Página 07

**ENCONTROS REGIONAIS
ESTIMULAM O
PLANEJAMENTO**

Página 09

**A VIAGEM DE ELZA BEZERRA PELO
UNIVERSO ON-LINE**

Página 12

AGRICULTURA FAMILIAR



O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou levantamento no agronegócio brasileiro, em especial na agricultura familiar. Relatado pelo ministro Vital do Rêgo, o trabalho fez parte de uma análise ampla, uma Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC). Teve como objetivo identificar disfunções na burocracia que pudessem gerar impactos negativos no ambiente de negócios e na competitividade dos agentes produtivos, em prejuízo do desenvolvimento nacional.

BASE

A ênfase na agricultura familiar se justificou por “representar 84% dos estabelecimentos rurais, com 24,3% da área do agronegócio, 60% do pessoal ocupado no campo e responder por 70% dos alimentos na mesa do brasileiro. Além disso, calcula-se que a agricultura familiar seja a base da economia de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes”, explicou, em seu voto, o ministro Vital do Rêgo, usando dados de 2006.

DEFICIÊNCIAS

Sobre a assistência técnica e extensão rural, verificou-se que a coordenação funciona de modo precário. A oferta é insuficiente e com baixa continuidade. Além disso, a estrutura assistencial é de qualidade insuficiente e

há deficiência no sistema atual de chamadas públicas.

BUROCRACIA

Na análise do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a equipe do TCU verificou a ausência de política agrícola de longo prazo. O marco regulatório é complexo e mal estruturado. Há burocracia tanto na concessão quanto na operacionalização de crédito rural. São diversas as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais familiares para acessar o crédito rural, inclusive a pouca representatividade do seguro rural.

RECOMENDAÇÕES

Na busca de soluções, o TCU recomendou à Casa Civil da Presidência da República que priorize a regulamentação da Lei 13.680, de 2018, que alterou a Lei 1.283, de 1950, para dispor sobre a fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos artesanalmente. A Pasta deverá considerar os diferentes entendimentos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como os da Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário sobre as atribuições de inspeção sanitária e as inseguranças jurídicas e econômicas que podem decorrer da imediata aplicação na nova lei.

logo após aquela decisão do Tribunal. De fato, o atual PNE definiu metas e estratégias em consonância com aquela decisão do TCU. No entanto, persistem dois problemas, apontados na auditoria, que se tornaram determinações do PNE 2014-2024. O primeiro é o dever legal do Ministério da Educação (MEC) de efetivar o Sistema Nacional de Avaliação Básica. O outro é a obrigação legal de implementar o Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi). Ambas as medidas ainda não foram postas em prática pela pasta.

SÍNTESE ORGANIZACIONAL

CONSELHEIRO PRESIDENTE
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior
CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa
CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA
Paulo Roberto Chaves Alves
CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA
Renato Costa Dias
CONSELHEIRO CORREGEDOR
Antônio Gilberto de Oliveira Jales
CONSELHEIRO OUVIDOR
Carlos Thompson Costa Fernandes
CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS
PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA
Tarcísio Costa

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS
Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro
Antonio Ed Souza Santana
Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL
Jaime Mariz de Faria Neto
SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO
Anne Emília Costa Carvalho
CONSULTORA JURÍDICA
Vinícius Araújo da Silva
CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Carlos Eduardo Jales Costa

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE
Procurador-Geral
Thiago Martins Guterres

PROCURADORES
Luciano Silva Costa Ramos
Carlos Roberto Galvão Barros
Luciana Ribeiro Campos
Othon Moreno de Medeiros Alves
Ricart César Coelho dos Santos

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Av. Getúlio Vargas, 690 – Petrópolis - Natal/RN
CEP. 59.012-360 | Telefone: (84) 3642-7278
Site: www.tce.rn.gov.br | E-mail: tce-ccs@rn.gov.br
Facebook.com/tcedorn / Twitter: TCE_RN

EXPEDIENTE

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

Viktor Vidal

EDITOR:

Eugênio Parcella da Silva

REPORTAGEM:

Isaac Lira / Galdina Carvalho

PRODUÇÃO:

Fátima Moraes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Fernando Souza

FOTOGRAFIAS:

Galdina Carvalho / Maria Gabrielle | pexels.com

IMPRESSÃO:

Tavares&Tavares Empreendimentos Comerciais Ltda

Av. Getúlio Vargas, 690
Petrópolis - Natal/RN
CEP 59012-360

84 3642 7278

tce.rn.gov.br

ascomtce@gmail.com

[tcedorn](https://www.facebook.com/tcedorn)

[tce_rn](https://twitter.com/tce_rn)

[tce_rn](https://www.instagram.com/tce_rn)

ENSINO MÉDIO

O TCU também realizou monitoramento sobre os principais problemas que afetam a qualidade e a cobertura do ensino médio no Brasil. Sob a relatoria do ministro Bruno Dantas, o TCU se debruçou sobre auditoria coordenada de 2013, que tratou do mesmo assunto, para comparar com a situação atual.

As fragilidades identificadas pela auditoria de 2013 foram, em grande medida, ratificadas pelo Plano Nacional de Educação - PNE,

TCE TERÁ 100% DE PROCESSOS ELETRÔNICOS ATÉ O FINAL DE 2019

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) vai alcançar a cobertura de 100% de processos eletrônicos até o final de 2019. A previsão foi anunciada durante reunião gerencial, em que secretários e diretores apresentaram ao presidente Poti Júnior o Plano de Diretrizes Anual de cada setor, com objetivos e metas para o biênio 2019-2020.

Atualmente, todos os processos abertos no TCE já começam e terminam em formato eletrônico. No entanto, ainda há cerca de 3% de processos antigos que permanecem em documento físico. A expectativa da Diretoria de Expediente, embora o Plano e Diretor aponte o prazo de fevereiro de 2020, é concluir a digitalização plena até o final de 2019.

Desde que foi aprovada a Resolução 24/2012, que prevê a conversão de processos físicos em eletrônicos, o TCE já alcançou 97% de cobertura. Atualmente, nenhum processo sai mais em formato físico da Diretoria de Expediente, que conta com equipamentos e equipe exclusiva para o processo de digitalização.

O trabalho é realizado por equipe própria do TCE. Em dois anos, foram digitalizados mais de 20 mil processos. Além da economia com papel, a conversão melhor a comunicação processual, deixa a tramitação mais célere, evita o extravio de documentos e processos e contribui com a questão da sustentabilidade da instituição.

“Alcançar os 100% de processos eletrônicos é uma das nossas prioridades dentro do leque de metas e objetivos traçados no nosso Plano de Diretrizes. Desta forma, estamos avançando e modernizando a tramitação processual do Tribunal”, destaca o presidente Poti Júnior, que definiu prioridades para o alcance efetivo dos objetivos institucionais traçados ao aprovar no início do ano o Plano de Diretrizes do TCE para o exercício de 2019-2020.

A apresentação dos planos setoriais, coordenada pelo Assessor de Planejamento e Gestão, Gláucio Torquato, foi dividida em três grupos: primeiro, as diretorias vinculadas à Presidência; depois aquelas ligadas à Secretaria de Controle Externo; por fim as que são comandadas pela Secretaria de Administração Geral.

As unidades responsáveis por ações previstas no plano devem promover sua execução sob a coordenação e monitoramento da Assessoria de Planejamento e Gestão, observando o desdobramento das ações em etapas, tais como projetos e atividades, e a fixação dos prazos de início e término para implementação de cada etapa.

A Assessoria de Planejamento e Gestão, com a colaboração das unidades diretamente envolvidas na execução das ações contidas no plano, promove o monitoramento dos resultados alcançados e a implementação das medidas previstas, preferencialmente por meio de reuniões com periodicidade mensal.

O Plano de Diretrizes poderá ser revisto a partir do final do primeiro quadrimestre

do exercício, caso haja a superveniência de fato que justifique a necessidade de ajustes.

As informações para efeito de aferição do grau de alcance das ações devem ser extraídas das bases de dados do Sistema de Apoio ao Planejamento Estratégico do TCE/RN, assim compreendidos os Sistemas Channel e de Processos.

“Alcançar os 100% de processos eletrônicos é uma das nossas prioridades dentro do leque de metas e objetivos traçados no nosso Plano de Diretrizes. Desta forma, estamos avançando e modernizando a tramitação processual do Tribunal”



Em reunião da presidência com a equipe técnica, a previsão de antecipação da meta de digitalização de todos os processos



Indicadores foram apresentados aos representantes dos municípios durante encontro em Natal

TREINAMENTO PARA AVALIAÇÃO DOS TCs

Os conselheiros e técnicos do Sistema Tribunais de Contas que integram as Comissões de Avaliação e de Controle de Qualidade do Marco de Medição e Desempenho (MMD-TC) participaram de um treinamento preparatório para a aplicação da ferramenta em 2019. A capacitação foi realizada no Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP).

Representando o TCE do Rio Grande do Norte, participam o conselheiro Gilberto Jales, conselheiro-substituto Antonio Ed Santana, secretário de Administração Geral Jaime Mariz Neto, consultora jurídica Andrea Rodrigues, e o auditor de Controle Externo Cleyton Barbosa. Também participam do encontro, a convite da Atricon, representantes das organizações não governamentais (ONGs) Transparência Brasil e Transparência Internacional.

Durante o treinamento, os participantes irão conhecer a

versão 2019 e um recém-editado manual de procedimentos do Marco de Mediação de Desempenho. O MMD-TC afere o desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil, em base em diretrizes editadas pela Atricon. Essas Resoluções Diretrizes, por sua vez, são elaboradas a partir de indicadores das demandas da sociedade e de um processo democrático de consulta aos membros e a colaboração do Corpo Técnico das Cortes. São parâmetros, também, as boas práticas internacionais de controle externo.

A Comissão de Coordenação Geral do MMD-TC e a Fundação Vanzolini (USP-SP), responsável pela condução do processo de certificação da ferramenta, ministram o treinamento e traçam um panorama geral do formato, novos indicadores e requisitos da versão 2019 da ferramenta.

** Informações da Assessoria de Comunicação da Atricon*

NA LUTA PELA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Às vésperas do Dia Mundial da Educação, celebrado em 28 de abril, os Tribunais de Contas brasileiros debateram a temática no primeiro dia do encontro da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), realizado no Instituto Serzedelo Correia (ISC-TCU), em Brasília. O evento contou com a participação do presidente do TCE/RN, Poti Júnior, e do corregedor de Contas, conselheiro Gilberto Jales.

Os debates giraram em torno de uma atuação articulada entre os Tribunais de Contas, com apoio da Atricon e do Instituto Rui Barbosa (IRB), no sentido de dar maior efetividade as ações pela Educação. “O TCE-RN está engajado na luta pela melhoria da educação no país. Já aderimos ao TC Educa e vamos reforçar a atuação nas diversas áreas que dizem respeito ao tema”, destacou o presidente Poti Júnior, referindo-se à ferramenta dos TCs que permite verificar se as ações previstas nos planos de educação estão sendo atendidas.

O conselheiro Gilberto Jales reforçou a importância da participação dos Tribunais como meio para qualificar a Educação. “Cada vez mais os Tribunais de Contas devem voltar a sua atenção para a qualidade da educação brasileira, a única saída para o desenvolvimento da nação”, acredita.

Durante a reunião, foi anunciada a realização do II Simpósio Nacional de Educação (SINED) nos dias 25 e 26 de julho próximo, em Porto Alegre (RS), com o objetivo de debater a efetividade dos planos de educação em curso no país, além de apresentar experiências bem sucedidas de gestão e de ações desenvolvidas pelos Tribunais de Contas nessa área.

O evento tem promoção do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS), do Instituto Rui Barbosa (através do Comitê Técnico da Educação), da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), com o apoio da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros-Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Contas e da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Anpcom).



O presidente do TCE, Poti Júnior e o conselheiro Gilberto Jales participaram do encontro em Brasília

AUDITORIA INTERNACIONAL



O presidente do TCE, conselheiro Francisco Potiguar, recebeu a visita da gerente do banco Mundial, Fátima Amazonas, acompanhado do especialista em licitações do Banco Mundial, Luciano Werzius e do secretário de Gestão de Projetos do Governo do Estado, Fernando Mineiro, além de assessores

Na primeira missão realizada frente ao novo governo do Rio Grande do Norte, uma equipe do Banco Mundial, juntamente com os gestores locais do Projeto Governo Cidadão, esteve em visita de cortesia ao Tribunal de Contas do Estado, sendo recepcionado pelo presidente, conselheiro Francisco Potiguar Júnior, e assessores. Na pauta, informações sobre a reestruturação do projeto, viabilizado com empréstimo na ordem de US\$ 360 milhões, investidos em mais de 500 obras executadas em todas as regiões do Estado, recursos que são auditados por equipe devidamente capacitada do TCE.

“Queremos alinhar esforços para evitar a paralisação do projeto e não sofrermos uma interrupção temporal”, explicou a gerente do projeto junto ao Banco Mundial, Fátima Amazonas, destacando a importância do controle externo no acompanhamento da execução orçamentária. A previsão é de continuidade até março de 2021. “Até lá, esperamos

contar com o trabalho da equipe que vem fazendo a auditoria”, enfatizou, informando que no final de abril, encerrando a missão do Banco Mundial, virão ao Estado especialistas da área de gerenciamento financeiro e desembolso, permitindo assim a continuidade e desencadeamento de novas ações.

Segundo a gerente do Banco Mundial, além do que vem sendo executado, existem propostas para se efetivar um diagnóstico fiscal do Estado, contando com a reestruturação dos postos de fiscalização entre fronteiras, ação que conta com apoio do Governo Federal e Tesouro Nacional; e um projeto de apoio a segurança, inclusive envolvendo escolas. “Está para chegar alguns especialistas que vão trabalhar algumas experiências na área com equipes da Secretaria de Segurança e Educação”, disse. Todos os projetos contam com avaliação de resultados e de impactos.

“Este projeto mexe com a vida das comunidades”, destacou o presidente do TCE, Francisco Potiguar, lembrando o impacto positivo das ações em vários setores da sociedade. O secretário de Gestão de Projetos do Governo do Estado, Fernando Mineiro, considerou extremamente significativo o trabalho realizado pelo TCE, destacando sobretudo o caráter preventivo, orientando para a correção de possíveis falhas que podem ocorrer. “Evidente que isso é feito resguardando os papéis de cada uma destas instituições”, enfatizou, lembrando que a experiência e práticas de gestão podem contribuir muito para a obtenção de resultados positivos.

Além de técnicos do TCE e do Governo do Estado, a visita contou com a presença do especialista em licitações do Banco Mundial, Luciano Werzius.

STF RECONHECE AUTONOMIA DO TCE FRENTE AO LEGISLATIVO



Autonomia institucional e administrativa do Tribunal de Contas foi reconhecida pelo STF em julgamento de ação impetrada pela Atricon

O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de trechos da Constituição Estadual que violam a autonomia institucional e administrativa do Tribunal de Contas do Estado.

A decisão se deu no curso da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.323, impetrada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), contra os parágrafos 3, 6 e 7 do artigo 53 e parágrafo 1 do artigo 55 da Constituição do Estado.

Segundo argumentação da Atricon, acatada pelo pleno do STF, as normas “disciplinaram funcionamento e organização do Tribunal de Contas potiguar e o submeteram a sistema normativo de controle interno do Legislativo” e “afrontam as prerrogativas de autonomia e de autogoverno das Cortes de Contas”.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal seguiram entendimento da Procuradoria-geral da República, que entendeu que “a despeito de possuir como atribuição

auxiliar o Legislativo, não há subordinação hierárquica ou administrativa entre cortes de contas e parlamento; o vínculo é meramente institucional”.

Além disso, a PGR argumentou em seu parecer que “as normas interferem, de fato, na organização e no funcionamento da corte de contas, porquanto impõem forma de atuação, competências e deveres a serem observados no desempenho de suas funções institucionais”.

PARCERIA PARA FORTALECER O PROGRAMA LICITA FÁCIL

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (Sebrae/RN) vão renovar o acordo de cooperação com intuito de fortalecer o “Licita Fácil”, programa que busca oportunizar aos pequenos empreendedores conhecimento e condições para participar de licitações públicas, colaborando assim com o desenvolvimento da economia local. O presidente do TCE, conselheiro Poti Júnior, recebeu em visita o superintendente do Sebrae, Zeca Melo, dando início às conversações sobre as atividades que serão executadas este ano. A priori, as propostas convergem para ações de ampliação do programa e incremento da comunicação.

“Precisamos avançar. Estimular mais a participação nos processos licitatórios; criar um banco de preços e divulgar mais o portal”, destacou Zeca Melo, lembrando que a parceria com o TCE conta com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas – Atricon.

A visita também contou com a presença dos conselheiros Tarcísio Costa, Paulo Roberto

Alves, Gilberto Jales, além do secretário de Controle Externo do TCE (em substituição), Marcelo Araújo, e a analista de políticas públicas do Sebrae, economista Cátia Lopes. “Este é um encontro inicial, num próximo momento teremos propostas mais consolidadas”, enfatizou.

O Licita Fácil busca materializar o que prevê a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que determina a obrigação de órgãos e instituições públicas a darem um tratamento diferenciado a empresas de pequeno porte nas licitações. A Lei adota a seguinte classificação: Microempreendedor Individual: receita bruta anual até R\$ 81.000,00; Microempresa: receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e Empresa de Pequeno Porte: receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

No Rio Grande do Norte uma média de 160 mil empresas se enquadram neste perfil, segundo dados do Sebrae, o que representa em torno de 95% de toda iniciativa privada existente

do Estado. Em sua maioria são revendedores de roupas, mercadinhos, salões de beleza, padarias, oficinas e outros empreendimentos que movimentam dinheiro e geram empregos, contribuindo assim com a economia e desenvolvimento local. A parceria entre o TCE e o Sebrae reconhece a importância deste segmento, dando oportunidade de crescimento para este conjunto de pequenos empreendedores.



Conselheiros do TCE e representantes do Sebrae discutem estratégias para colaborar no fortalecimento dos pequenos empreendimentos

DAP ESTUDA ESTRATÉGIAS PARA AGILIZAR PROCESSOS DE APOSENTADORIA

A Diretoria de Atos de Pessoal (DAP-TCE) está desenvolvendo estratégias buscando dar maior agilidade a análise dos processos de aposentadorias e pensões por morte de pessoal inativo dos Regimes Próprios da Previdência Social (RPPS).

A decisão atende pleito realizado por prefeitos e representantes da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn) ao presidente do TCE, conselheiro Poti Júnior. Com o registro efetuado pelo Tribunal, o servidor pode solicitar a averbação do tempo de serviço trabalhado em outro regime e as compensações financeiras realizadas junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

“A previdência é a grande questão do momento”, enfatizou a consultora jurídica Sheyla Yusk Cunha da Rocha, diretora da DAP, lembrando da importância e complexidade do tema aposentadoria para toda a população. No caso do serviço público, no Rio Grande do Norte desde 2012 vários municípios vem implantando seus regimes próprios de previdência – hoje são 39 municípios nesta modalidade, além do Governo do Estado. O assunto é tão significativo que a DAP, em parceria com a Escola de Contas, pretende realizar alguns eventos para esclarecer aos jurisdicionados os aspectos legais associados a implantação e manutenção dos RPPS.

Segundo Sheyla, a análise dos processos de aposentadoria dos servidores públicos pela Corte de Contas e o seu efetivo registro é levado em consideração pelo INSS – órgão extremamente rigoroso na hora de acatar os pedidos de averbação e de compensação das contribuições que foram realizadas. “Estamos estudando outras formas de análise processual que resultem em maior agilidade na apresentação dos resultados”, destacou. “A compensação financeira das contribuições feitas ao INSS é transformado em “crédito”, garantindo um suporte financeiro para a aposentadoria deste servidor”, explicou a Diretora.

APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO COMO É ATUALMENTE

DIREITO	CELETISTA	ESTATUTÁRIO
Continuidade do trabalho após a aposentadoria	Permitido. Exceções: aposentadoria por invalidez, aposentadoria especial quanto continuar exercendo atividades insalubres ou perigosas.	Nunca será permitido. Aposentou-se tem que ser exonerado.
Exigência de idade mínima para aposentadoria	Não há.	60 anos para homens, 55 anos para mulheres. Redução de 5 anos para professores.
FGTS	8% do valor da remuneração depositados mensalmente pelo empregador.	Não possui.
Cálculo do valor dos benefícios	Média dos maiores salários de contribuição (80% dos maiores).	Média dos maiores salários de contribuição (80% dos maiores). Ou integral, dependendo da data do ingresso no município.
Reajuste dos benefícios	Índices inflacionários.	Índices inflacionários ou paridade (remuneração dos servidores da ativa).
Aposentadoria especial	Garantido.	Ainda não há regulamentação do art. 40 da Constituição Federal.
Valor da contribuição mensal para o INSS	Até 11%.	Pode superar 11% em razão da necessidade de contribuição para previdência complementar e financiamento do sistema previdenciário municipal.

CORREGEDORIA INAUGURA CANAL PARA ATENDER SERVIDORES

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) está disponibilizado em seu site o “Canal do Servidor”, um novo instrumento à disposição dos servidores para esclarecer dúvidas referentes à atuação da Corregedoria, também sobre as formas pelas quais podem apresentar manifestações (denúncias, reclamações, sugestões, críticas, solicitações, dúvidas etc), bem como informações a respeito de comportamento ético, além de outros dados importantes.

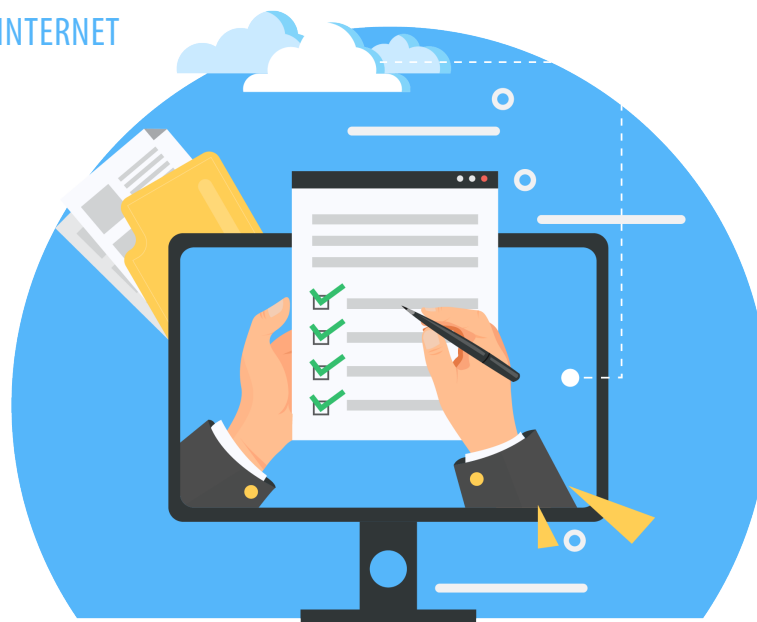
O Canal do Servidor é acessado link da Corregedoria no site do TCE-RN (<http://www.tce.rn.gov.br/Corregedoria/CanalDoServidor>). A instalação da nova ferramenta contou com o apoio da Diretoria de Informática do TCE-RN. Caso o questionamento ou a dúvida do servidor não façam parte da lista de questões respondidas listadas no site, a Corregedoria oferece um formulário para preenchimento, cuja mensagem será direcionada para o e-mail da Corregedoria (corregedoria@tce.rn.gov.br).

Para o Corregedor desta Corte de Contas, Conselheiro Antônio Gilberto de Oliveira Jales, “é de suma importância que o servidor detenha as informações necessárias para o exercício seus direitos e deveres dentro do ambiente institucional. A Corregedoria do TCE-RN busca controlar a regularidade e a eficiência dos serviços deste Tribunal e da disciplina interna. Para tal mister, conta com a participação e colaboração dos servidores, que, inclusive, pode ajudar a melhorar o nosso Canal do Servidor fazendo sugestões.”

Jales esclarece que o servidor pode recorrer à Corregedoria, por exemplo, dentre outras situações: para buscar orientação ou esclarecimento sobre os provimentos baixados pela Corregedoria; para sugerir a adoção de práticas e procedimentos que melhorem o desempenho e a eficiência dos trabalhos internos do Tribunal; para noticiar irregularidades de que tenha conhecimento, inclusive em matéria disciplinar; para apresentar denúncia sobre algum fato ou prática interna de que tenha conhecimento e que, supostamente, não esteja de acordo com as normas vigentes; para criticar e sugerir formas de atuação da Corregedoria.

A Corregedoria do TCE-RN é a unidade integrante do Tribunal de Contas, responsável pelo controle da regularidade e eficiência dos serviços e da disciplina interna desta Corte, com competência e atribuições definidas pela Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (Lei Complementar Estadual nº 464/2012), pelo Regimento Interno do TCE-RN (Resolução nº 009/2012-TC) e pelo Regimento Interno da Corregedoria do TCE-RN (Resolução nº 015/2017-TC).

INTERNET



PRAZO PARA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE BENS E RENDIMENTOS VAI ATÉ O DIA 31 DE MAIO

Iniciado em 01 de abril, o prazo para envio das declarações de bens e rendimentos de agentes públicos, que pode ser feito pela internet através do Sistema de Registro de Bens dos Agentes Públicos, vai até o dia 31 de maio. O link é: <https://sispatri.tce.rn.gov.br/PaginasPublicas/login.aspx>.

O envio é obrigatório para detentores de cargos eletivos, como a governadora, prefeitos, deputados e vereadores, além de membros e servidores do TCE, membros do Ministério Público Estadual, secretários de estado e municípios, magistrados, e ocupantes de cargos de direção em autarquias, fundações e empresas públicas. Este ano, a obrigação de entregar a declaração de bens e rendimentos será ampliada para servidores do Ministério Público e Defensores Públicos do Estado.

O Tribunal de Contas recebe as declarações como parte do combate ao enriquecimento ilícito e fiscalização da evolução patrimonial de agentes públicos, trabalho iniciado pela Corte de Contas em 2016.

O combate ao enriquecimento ilícito e fiscalização da evolução patrimonial de agentes públicos é disciplinado, no âmbito do Tribunal de Contas, pela resolução 30/2016, que determina o envio de cópia da declaração de bens, conforme estabelecido na Lei Federal 8.730, na Lei Federal 8.429 e na Lei Complementar Estadual 464.

Em caso de dúvidas sobre o preenchimento da declaração, os interessados podem entrar em contato por Telefone, através do número (84) 3642-7275 - Opção 4 do menu, ou através do e-mail: sispatri@tce.rn.gov.br.

TRIBUNAL DE CONTAS DESTACA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM ENCONTRO REGIONAL COM GESTORES



A Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira realizou na sede da Cemure, o Encontro Regional com Gestores públicos e Municipais

Com a realização do Encontro Regional com Gestores Públicos Municipais, em Natal, o Tribunal de Contas do Estado, através da Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira, deu início a uma nova proposta que tem como objetivo a melhoria da gestão pública, baseado na cultura de planejamento estratégico.

“Esta é uma peça fundamental para o êxito de qualquer administração”, enfatizou o presidente do TCE, conselheiro Francisco Potiguar, na abertura do evento que, não por acaso, tem como tema “Redesenhando a Gestão Pública do Planejamento ao Controle”.

O espaço do Centro Municipal de Referência em Educação ficou lotado com prefeitos, gestores municipais e servidores de 68 municípios da região metropolitana de Natal, do Leste a Agreste Potiguar, com mais de 400 inscritos na capacitação que vai ser repetida ainda em três microrregiões, abrangendo assim todo o estado do Rio Grande do Norte. “Cada vez mais o gestor está preocupado com a administração pública, como utilizar bem o recurso disponível. Muitas vezes, eram por falta de conhecimento”, ressaltou o presidente da Federação das Câmaras Municipais (FECAM), vereador Paulinho Freire. Ainda participaram da abertura o representante da Federação dos Municípios do RN – FEMURN, Neto Mafera, que é prefeito de Barcelona, o diretor da Escola de Contas, conselheiro Tarcísio Costa e os conselheiros Gilberto Jales e Adélia Sales.

Para o coordenador da equipe de Planejamento Estratégico do TCE, Gláucio Torquato,

tudo começa com o planejamento. “Se não se consegue cumprir uma programação com o mínimo de planejamento, imagine sem planejar? Agora, o planejamento não pode ser uma peça de ficção, tem que ser real, casada com as condições orçamentárias do município. Tem muito Plano Plurianual e Lei de Diretrizes orçamentária sem resultados, porque não foram produzidos de acordo com o real”, relatou, lembrando que existe uma recomendação dos tribunais de contas estimulando o modelo de administração pública focado em resultados e baseado em propostas de planejamento estratégico.

A partir da experiência do TCE, Gláucio destacou várias ações executadas no Tribunal com resultados positivos, desde a reestruturação de setores até a definição de contratação de pessoal. “Podemos dividir o Tribunal de Contas em antes e depois do Planejamento Estratégico. O TCE evoluiu muito. Houve uma verdadeira revolução. As ações executadas impactaram sobretudo a área de controle externo”, destacou, lembrando que a proposta é levar este conhecimento, a experiência adquirida, no apoio a formulação do planejamento e gestão estratégica dos municípios. E esta é a segunda parte: todos que quiserem, podem aderir a proposta de planejamento, com orientação e apoio da equipe do TCE.

Ao longo do dia, foram vários momentos significativos e conhecimentos disseminados. A coordenadora do setor de Sustentabilidade, Marília Cunha Lima, apresentou a política que vem sendo implantada no Tribunal neste segmento. Em seguida, Gláucio

apresentou as diretrizes do Programa de Redesenho; O auditor de controle externo, Ricardo Villaça, falou sobre “a importância do planejamento estratégico para as unidades gestoras” e Alexandre Damasceno destacou os “Resultados obtidos pelo TCE/RN com o planejamento”. O período da manhã foi encerrado com apresentação do case “Implantação do Planejamento Estratégico na secretaria da Fazenda em Mossoró”, apresentado pelo secretário municipal de Finanças de Mossoró, Abraão Padilha.

No período da tarde, o auditor de controle externo Cleyton Barbosa e a auditora Marise Magaly apresentaram, respectivamente, os temas: “Indicadores de desempenho e o processo de planejamento na administração pública: uma reflexão à luz do IEGM” e “Peças Orçamentárias alinhadas ao plano estratégico municipal”, seguido por uma mesa de debates com representantes dos municípios de Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Monte das Gameleiras e Galinhos.

Após as palestras, o conselheiro Tarcísio Costa, diretor da Escola de Contas, fez um breve pronunciamento. Agradeceu a presença dos participantes e enfatizou a importância dos encontros regionais para a gestão nos municípios. A Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira já definiu o calendário com próximos encontros de Gestores Públicos Municipais, os quais acontecerão no município de Caicó, em 08/05, depois Mossoró, em 05/06 e por último no município de Portalegre, no dia 03/07. A programação foi encerrada com a assinatura do termo de adesão para os gestores que quiserem orientação para implantação da ferramenta do Planejamento Estratégico em seus municípios.



O Coordenador da APG, Gláucio Torquato, apresentou formas de obter resultados positivos na Administração Pública, partindo de um Planejamento Estratégico



ALERTA CONTRA DOENÇAS E ACIDENTES DE TRABALHO

Pelo segundo ano consecutivo o TCE/RN aderiu à campanha Abril Verde, lançada pelo Ministério Público do Trabalho. De forma simbólica, atendendo ao lema “Por um Brasil sem doenças e acidentes de trabalho”, a Corte coloriu de verde a iluminação da fachada do seu prédio sede, na Avenida Getúlio Vargas.

O mês de abril é totalmente dedicado à conscientização para a prevenção de acidentes de trabalho no Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Norte. Na programação, foi realizado no dia 11, na sede do MPT, em Natal, um ciclo de palestras sobre saúde e segurança no trabalho, com apresentação dos resultados dos órgãos empenhados no levantamento estatístico de acidentes e doenças do trabalho

no Rio Grande do Norte, na elaboração do Observatório de Saúde e Segurança no Trabalho e outros temas relevantes.

Como forma de colaborar com a campanha, o TCE-RN além de iluminar a sede da instituição em tonalidade verde, promoveu a distribuição de laços verdes, manteve a predominância da coloração verde no site institucional e realizou atividades visando sensibilizar a sociedade, empresas e trabalhadores para a importância da prevenção da saúde e da segurança do trabalhador.

Por que Abril Verde? – A campanha acontece neste mês porque, além de o dia 7 de abril ser o Dia Mundial da Saúde, a data de 28 de abril foi eleita como Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, em razão de um acidente

que matou 78 trabalhadores em uma mina no estado da Virgínia, nos Estados Unidos, em 1969. A OIT, desde 2003, consagra a data à reflexão sobre a segurança e saúde do trabalhador.

Por que Abril Verde? – A campanha acontece neste mês porque, além de o dia 7 de abril ser o Dia Mundial da Saúde, a data de 28 de abril foi eleita como Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, em razão de um acidente que matou 78 trabalhadores em uma mina no estado da Virgínia, nos Estados Unidos, em 1969. A OIT, desde 2003, consagra a data à reflexão sobre a segurança e saúde do trabalhador.



Experiência exitosa concorre ao Prêmio Inovare

MP DE CONTAS EXPANDE ATUAÇÃO DO PROJETO #HASHTAG SUSTENTABILIDADE

O Ministério Público de Contas, por meio dos seus procuradores Luciana Campos e Carlos Barros, expandiu os termos de ajustamento de gestão (TAGs) firmados para auxiliar municípios em dificuldade fiscal, mediante negociações para redução de despesas e alavancagem das receitas correntes, após os primeiros resultados positivos.

O projeto #hashTAG Sustentabilidade surgiu após o sucesso no andamento dos TAGs firmados com os municípios de Parnamirim e Assu, agora estendendo-se para Ipueira, Itajá, São Bento do Trairí e Areia Branca, que também já iniciaram as medidas de redução de despesas e caminham para o alcance da austeridade nas suas contas.

No dia 24/04, os procuradores do MPC receberam representantes municipais envolvidos no projeto, entre eles os pioneiros Parnamirim e Assu, que já se aproximam do encerramento e servem de exemplo para os demais participantes da iniciativa.

Os procuradores ouviram as experiências dos gestores durante a execução dos instrumentos negociais e seus testemunhos acerca dos desdobramentos positivos para a garantia de dignidade dos munícipes beneficiados com as medidas.

O TAG de Parnamirim, que chega a termo ainda nesse mês de abril, foi

o responsável pela redução de gastos com folha de pessoal de um percentual de 57% para apenas 46%, enquanto o de Assu reduziu essas despesas para 51,15% até fevereiro desse ano, tendo iniciado sua trajetória de negociações apresentando o percentual de 56% de comprometimento da receita corrente líquida.

Por meio desses ajustamentos, portanto, os municípios foram apartados das limitações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que se encontram abaixo do limite prudencial de gastos, e os recursos públicos foram liberados para o cumprimento das políticas públicas definidas como prioridade pela Constituição Federal, em respeito aos interesses dos administrados.

Num segundo momento, os gestores dos municípios de Ipueira, Itajá, São Bento do Trairí e Areia Branca, que integram a nova fase da iniciativa #hashTAG Sustentável, fruto do esforço conjunto dos procuradores e de suas equipes, foram recebidos na reunião para demonstrar os avanços já alcançados desde o início da vigência dos respectivos instrumentos negociais para o alcance da austeridade nas suas contas.

MEMÓRIA DO TCE



BLOQUEIO DE CONTAS

O presidente do TCE, conselheiro José Fernandes de Queiroz, acompanhado do consultor jurídico Carlos Thompson Fernandes, apresentou ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Álvaro Dias, minuta de emenda aditiva relativa ao disposto no artigo 52, que versa sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial exercida pela Assembléia e pelo Tribunal. A emenda também foi apresentada ao procurador Geral do Ministério Público, Anísio Marinho.

Pela minuta, os entes públicos que não remeterem suas prestações de contas no prazo previsto, poderiam ter suas contas bancárias ou as transferências das receitas tributárias bloqueadas.

O assunto foi pauta da edição do TCE em Pauta de abril de 1999.



RELATÓRIO

Na edição de março de 2000, o jornal divulgou relatório mostrando que em 1999 foram realizadas 178 sessões, sendo 94 no Tribunal Pleno, 48 na 1ª Câmara de Contas e 36 na 2ª Câmara de Contas. Foram julgados 11.525 processos, com aplicações de sanções pecuniárias aos ordenadores de despesas que somaram 223.600 UFIR's.



APOIAMOS
A SUSTENTABILIDADE E
O CONSUMO CONSCIENTE



Elza, disseminando coisas boas

OLHARES DE ELZA, ENTRE RAÍZES E RADARES...

Em época de transição, em que fake news predominam e manipulam verdades e mentiras, eis que surge no universo da internet um espaço em que arte, cotidiano, viagens e gastronomia dão cores a vida. Pois é, a economista e advogada Maria Elza Bezerra Cirne, aposentada do TCE, resolveu enveredar pelos caminhos do mundo digital e nos presenteia com seus textos do mais puro “Devaneio”, como ela própria alude em uma de suas crônicas.

Autora dos livros “No rastro das Águas” e “Sertão, Seridó, sentidos”, em que demonstra com sensibilidade o talento para a escrita, Elza resolveu compartilhar percepções e idéias sobre esta tal modernidade, sem esquecer as raízes culturais que carrega em seu ventre com prazer e orgulho. Suas crônicas são leves, mas profundas. As imagens que acompanham os textos – também de sua autoria, falam por si.

Temas polêmicos e mais pesados que preenchem a maior parte dos blogs da atualidade, como os reservados a politicagem, não encontram espaço “<https://elzabezerra.com.br>”. Politicagem, é bom ressaltar, porque política pode ser também uma bicicleta com a venda de plantinhas nordestina e enfeitada com xilogravura, tema de uma de suas crônicas que ousamos “republicar” neste página de papel couchê, como um exemplo do que pode se encontrar lá.

Vida longa a todos que, em seus “devaneios”, ensinam e aprendem que o “belo” pode ser um caminho, e também um caminhar.

BICICLETA DA HONESTIDADE

Vagando por uma rua do comércio paulistano, deparo-me com uma bike estacionada na esquina. O que primeiro me chamou a atenção foram as figuras de literatura de cordel estampadas no carrinho acoplado à bicicleta. O preto destacando-se no amarelo chamativo.

Na bancada, cactos em vasilhinhos de cimento expostos à venda, R\$ 20,00 a unidade e, pasmem, nenhuma pessoa tomando conta do comércio inusitado. Aproximo-me e leio a placa preta com letras brancas – estilo lousa de escola antiga, com o branco do giz em destaque:

“Escolha o seu produto, efetue o pagamento no local indicado, siga-nos no Instagram! Contatos e a frase ‘Obrigado pela HONESTIDADE’”.

Outra plaquinha de madeira informa o passo a passo para compra e finaliza com um ensinamento: Honestidade é o primeiro passo para mudanças VERDADEIRAS.

Decido me sentar num banco próximo para observar o comportamento dos transeuntes. Alguns passam pela bike, desapercebidos, outros olham, mas não enxergam o espírito da coisa. Mas no curto espaço de tempo em que lá permaneci (uns quinze minutos aproximadamente), testemunhei um casal e uma família escolhendo seus cactos e pagando na maquina de cartão disponível.

Entrei em contato com o autor da ideia experimental. Matos Urbanos é a conta do Instagram. Seu idealizador me disse que em 11 meses do projeto, 100% de honestidade. Ops, uma luz no fim do túnel.

Será que ainda podemos ter esperança por um Brasil confiável? Como comentou Daliana, citando seu avô Câmara Cascudo, “O melhor produto do Brasil ainda é o brasileiro”!

Pesquisei mais um pouco e descobri que o autor do projeto é Renato, apelido de Israel Joaquim de Santana, cearense que veio morar em São Paulo e trabalha como manobrista na região. Sobre o conceito do seu projeto, quer mostrar que as coisas podem ser diferentes.

Experiências como essa vêm sendo repetidas em algumas universidades brasileiras, em uma barraca de frutas e verduras em Delfim Moreira/MG, na Barraca da Honestidade em Foz de Iguaçu e outras tantas pouco conhecidas ou divulgadas.

Há poucos dias terminei a leitura do livro “O Segredo da Dinamarca”, em que a autora inglesa Helen Russel investiga, a partir de sua mudança para aquele país, o motivo de os dinamarqueses estarem entre os povos mais felizes do mundo. Uma das causas principais: o grau de confiança entre eles.

Nesse caminhar, temos que dar o primeiro passo para as mudanças verdadeiras. Mas fica sempre a desconfiância: é possível acreditar que o brasileiro mudará aquele eterno comportamento de querer levar vantagem em tudo e passará a pensar na honestidade como uma prática corriqueira, caminho certo para felicidade dos dinamarqueses?

O tempo dirá, mas vale compartilhar a ideia e torcer para que se propague com uma força viral!

